

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COGEAE

WESLEY BATISTA DOS SANTOS

**História local e do cotidiano como prática educativa, proposta pedagógica
da Revista Nova Escola para o ensino de História.**

SÃO PAULO

2013

WESLEY BATISTA DOS SANTOS

História local e do cotidiano como prática educativa, uma proposta pedagógica da Revista Nova Escola para o ensino de História.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, sociedade e cultura, para obtenção do Grau de Pós-Graduação.

Aprovados em julho de 2013.

ORIENTADOR: Prof^F. Dr. Edgar Souza Santos

SÃO PAULO

2013

Dedicamos esta obra, sobre tudo a Deus,
pois Este nos oportuniza espiritualidade,
evolução, desenvolvimento, competências
e habilidades.

A vida, aos amigos e aos familiares.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Edgar Souza Santos pela sua dedicação e colaboração no decorrer desta pesquisa, sempre apresentando observações importantes.

A Eunice Dias Rigotti pelo apoio e revisão.

Ao Gregory Dias Marques que auxiliou na formatação.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir a respeito da história local e do cotidiano como proposta pedagógica da Revista Nova Escola para o ensino de História. Inicialmente mapearemos a relevância do tema como prática educativa e suas implicações. Debateremos a respeito do porquê ensinar "História do Cotidiano", e sua importância no processo de ensino/aprendizagem. Será analisado também sua contribuição como recurso didático que oportuniza aos educandos a possibilidade de contextualização, o que impõe deixar de lado as simples ações de memorização, para que coloque em prática a ação e a reflexão, formando uma nova ação a serviço e em função da realidade e do vivenciado. Apresentaremos também um projeto de história local e do cotidiano como exemplo, que elucidará a sua eficácia como proposta pedagógica na construção de uma aprendizagem participativa e significativa. E consideraremos a avaliação do projeto como prática educativa reflexiva que tem o grande mérito de romper com a clássica forma de ensinar História de maneira teórica dissociada da prática, que só estabelece os fatos de maneira descritiva. Com esta pesquisa buscamos apreender como o ensino e aprendizagem de História feito pelo viés do cotidiano contribui para a construção de uma consciência histórica dos educandos. E também ampliar o olhar com o intuito de orientar os educandos passo a passo, onde os objetivos estão sempre transparentes no sentido de unir teoria e prática no seu contexto vital. Que é o foco da história local e do cotidiano como prática educativa.

Palavras-chave: ensino de história, cotidiano, aprendizagem educativa.

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB – Leis de Diretrizes e Bases.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| CAPÍTULO 1 | |
| 1.1 HISTÓRIA LOCAL E DO COTIDIANO COMO PRÁTICA EDUCATIVA..... | 11 |
| 1.2 POR QUE ENSINAR HISTÓRIA LOCAL E DO COTIDIANO? | 13 |
| CAPÍTULO 2 | |
| 2.1 HISTÓRIA LOCAL E DO COTIDIANO COMO RECURSO DIDÁTICO..... | 18 |
| 2.2 UM PROJETO COMO EXEMPLO DE HISTÓRIA LOCAL E DO COTIDIANO..... | 22 |
| 2.3 AVALIAÇÃO COMO PRÁTICA EDUCATIVA..... | 26 |
| CONCLUSÃO..... | 29 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 31 |

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresenta-se a história local e do cotidiano como prática educativa, que segundo a Revista Nova Escola, nos oportuniza a possibilidade de acompanhamento e encontro com o projeto de desenvolvimento da aprendizagem, através de uma escola centrada numa prática pedagógica reflexiva onde os educadores e os educandos estejam envolvidos no processo de aprendizagem e de ensino.

Mostraremos também a visão da equipe pedagógica da Revista Nova Escola, ao justificar a relevância do ensinar história local e do cotidiano. Como aquela que busca a aliança, a preservação e a integração das culturas. Vivemos em busca da educação global e multicultural com formação e respeito à identidade de cada um e conseqüentemente a interação com os outros.

Esta prática educativa apresenta-se como uma opção de construção que multiplica novos conhecimentos e novos saberes, contribuindo com o processo de ensino/aprendizagem nas nossas escolas. Precisa-se entendê-la como processo da prática, do redimensionar. Ou seja, como um recurso didático.

Elencar-se-á também projetos como exemplo de história local e do cotidiano apresentado pela Revista Nova Escola, que percebendo a necessidade de mudanças elege o projeto como aquele que deverá envolver um esforço conjunto para o resgate do compromisso da escola e dos educadores, para que a partir desta prática possam interferir na qualidade da aprendizagem no ensino de história, na formação dos educandos e conseqüentemente na realização de seus ideais. É no cotidiano das unidades educacionais diante dos seus problemas e dilemas práticos, que a articulação coletiva de diversos saberes pode se dar impulsionando as mudanças necessárias.

É de suma importância a constante pesquisa, observação, ação, análise e reflexão na busca do conhecimento para subsidiar a prática educativa. É importante estar atento a despeito da heterogeneidade das diferentes situações do ensino e da aprendizagem, com intuito de reunir esforços para melhorar a qualidade do ensino de história. E isso se dará a partir de um processo sistemático de avaliação das práticas educativas.

Subsidiar em termos teóricos e práticos, metodológicos e organizacionais o trabalho do educador e ressaltar a dimensão coletiva na educação, é assegurar ao educando o direito à aprendizagem. É também garantir ao educador o direito de aprender a ensinar e de aprender a aprender, o que envolve a necessidade de incorporar a formação continuada ao exercício regular da profissão do educador com o grupo de formação permanente.

A proposta da Revista Nova Escola nos instiga a ampliar o universo escolar com a história local e do cotidiano como prática educativa fundamentada na relevância da resolução da situação problema. Buscando comparar atividades, objetivos e implicações pedagógicas redimensionando à prática educativa continuamente.

CAPÍTULO 1

1.1 História local e cotidiano como prática educativa

O tema em questão embora complexo é extremamente instigante, pois discuti-lo requer estabelecer relações entre o trabalho do educador, o conhecimento prévio e o científico e a linguagem para a produção de sentidos. Como entender as relações que nos permitem situar o estudo da história local e do cotidiano como lugar de cultura?

Esta prática educativa constitui-se em instrumento para garantir as discussões e as problematizações das propostas pedagógicas e curriculares na busca do diálogo e da interlocução estabelecida pela Revista Nova Escola. Atendendo aos princípios de descentralização, autonomia e participação, fortalecendo o processo de formação, humanização e cidadania ativa, garantindo apropriação, manifestação e produção cultural.

Neste diálogo com a temática do ensino de história local e do cotidiano a qual a Revista Nova Escola reconhece como essencial no processo de construção sociocultural, multicultural e histórico, e ainda como instrumento privilegiado da formação, constituição e apropriação da identidade para o educando.

A Revista Nova Escola sugere para o ensino de história usar o eixo temático nos quais são trabalhados conteúdos com base na relação do educando com seu espaço, no seu e em outros tempos. Trabalhando a história local e do cotidiano como eixo que multiplica novos conhecimentos e novos saberes contribuindo com uma nova prática pedagógica da aprendizagem.

Segundo a equipe pedagógica da Revista Nova Escola o estudo desta temática leva os educandos desde as séries iniciais a se reconhecerem como parte integrante da História, por meio das vivências pessoais com sua comunidade. Na reflexão sobre o desenvolvimento da sua região e a comparação com os grupos antigos que lá viviam, o educando é capaz de entender que a História que está nos livros é construída pela ação de diversos povos e classes sociais, ou seja, percebe-se como agente histórico social.

O desafio é possibilitar aos educadores e educandos a oportunidade de vivenciar e compreender a experiência dos diferentes grupos conhecendo e produzindo saberes. Nota-se que as unidades educacionais são espaços privilegiados de integração das culturas étnicas, de gênero, e demais formas de compreender a realidade do cotidiano. São espaços em que a convivência pode ser intencionalmente organizada para que as relações ocorram de forma significativa.

Segundo a Revista Nova Escola é importante trabalhar temas ligados a diversidade e cotidiano a partir do conhecimento prévio e dos seus conflitos, possibilitando novas construções. Os educandos ao conhecer a história da sua localidade, não estudam a disciplina História apenas como um acumulado de datas e fatos. As aulas fazem parte de um processo de formação de sujeitos mais conscientes e críticos, preparados para a experiência e a prática da cidadania.

1.2 Por que ensinar história local e do cotidiano?

Para esclarecer o porquê ensinar história local e do cotidiano a Revista Nova Escola¹ ressalta que as aulas de História, em muitos casos, ainda são vistas como o simples estudo do passado, em que se exige a memorização de fatos e datas. Quando a disciplina é assim ensinada, os educandos acabam considerando os fatos como algo perdido em algum momento e distante da realidade atual. Reverter esse quadro, criando condições para que elaborem novos sentidos e significados para o que estudam em classe, é uma questão desafiadora para os educadores da área.

Adverte ainda que um dos eixos curriculares que permitem aos estudantes identificar uma proximidade maior com a vida é a História do Brasil. Pesquisas mostram que, para compreender as sociedades antigas, eles utilizam as informações que possuem sobre a vida atual e a organização social que conhecem. Se por um lado isso pode provocar distorções na compreensão dos conceitos estudados, por outro, com orientação precisa, tende a favorecê-la. As Orientações Curriculares da Prefeitura Municipal de São Paulo assinalam que à medida que os educandos são estimulados a construir relações entre seu dia a dia e aspectos mais amplos da vida social e histórica, começam a aprofundar os conhecimentos, indo além da realidade imediata, passando a generalizar conceitos.

Os conteúdos tradicionais da disciplinas ganham sentido para os educandos quando eles se envolvem diretamente na busca por informações e são levados a perceber na sociedade em que vivem os reflexos do que ocorreu há tempos. Essa familiaridade maior dos educandos com a História do Brasil por si só não garante o sucesso do trabalho. É preciso encontrar formas de envolver todos nas atividades e ajudá-los a perceber o impacto de determinado momento histórico na sociedade. É possível formular uma questão abrangente e interpretativa sobre determinado período e pedir que os educandos relacionem o que descobriram à situações que encontram no momento. Eles terão que

¹ Ano XXVI - Nº 241 - Abril 2011. p. 62.

buscar dados, ler e interpretar documentos, entrevistar pessoas e criar uma relação entre passado e presente.

A revista Nova Escola apresenta esta estratégia²: ao tratar em sala do período de transição da escravidão ao trabalho assalariado livre, ele aproveitou um contexto local favorável para propor uma investigação: qual foi o impacto dessa mudança em nossa cidade? “Quando estimulados a investigar e relacionar os conhecimentos prévios e entender sobre o que vão escrever e não apenas decorar”.

Segundo Hugo Assmann,³ “no mundo de hoje o aspecto instrucional da educação já não consegue dar conta da profusão de conhecimentos disponíveis e emergentes mesmo em áreas específicas. Destaca também que por isso não deveria se preocupar tanto com a memorização dos saberes instrucionais, privilegiando a capacidade de “acessá-los”, decodificá-los e manejá-los. O aspecto instrucional deveria estar em função da emergência do aprender”.

O estudo da história local e do cotidiano realiza-se em parte fora da sala de aula, investigando a realidade (visitar uma aldeia indígena é um bom exemplo) e também dentro dela (fazendo leitura de textos sobre o objeto de estudo), organizando e aperfeiçoando o que investigou. É uma oportunidade de perceber os fatos mais próximo da realidade em que eles sucedem. É uma possibilidade de perceber a História onde se flagra a relação viva entre elementos que na escola são trabalhados em outras disciplinas. Percebê-la na sua multiplicidade exige levantamento de tudo o que faz parte dela, seu aspecto atual, seus problemas. No espaço, esses elementos estão juntos e o estudo do meio e do cotidiano é uma possibilidade de aprender a descobri-los, observá-los, analisá-los e documentá-los.

Uma atividade extraclasse com os educandos para realizar um estudo deve ser encarada como parte do currículo; não é simplesmente um passeio ou

² Usada por Juliano Custódio Sobrinho professor do 9º ano da EM João de Deus Rodrigues, em Petrópolis, a 68 quilômetros do Rio de Janeiro.

³ ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. II. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 33.

lazer, embora apresente um caráter lúdico. Ao falar da unificação, instrução qualificada e criatividade, Hugo Assmann⁴ afirma que:

“Toda educação implica doses fortes de instrução, entendimento e manejo de regras e reconhecimento de saberes já acumulados pela humanidade. Embora importante, essa instrução não é o aspecto fundamental da educação já que este reside nas vivências personalizadas de aprendizagem que obedecem à coincidência básica entre processos vitais e processos cognitivos”⁵.

O estudo de história local e do cotidiano só tem sucesso quando não se realiza ao acaso ou improvisadamente. Como qualquer procedimento pedagógico dá trabalho e exige cuidados na preparação, execução e acompanhamento. Suas diferentes fases dependem da paciência e vivacidade do educador, pois é quem conhece as perguntas da classe podendo prever locais que proporcionem resposta. O estudo só faz sentido quando complementa, amplia e aprofunda o que está sendo estudado. Problemas e perguntas em torno do que se está aprendendo é que motivam a saída organizada e produtiva para aprender mais. O estudo provoca novas perguntas e novas buscas em sala de aula.

Para justificar essa afirmação a Revista Nova Escola⁶, traz uma temática trabalhada por Graça Regina Franco da Silva Reis⁷, “articulando a história nacional à local”, que sugere uma etapa posterior à análise de fontes, com base na história individual dos educandos. Eles podem relatar o que aconteceu de importante em sua vida até o momento. “Essas referências dos fatos importantes da trajetória pessoal de cada um ajudam a dar a noção de memória e de passagem do tempo”, explica Graça. O passo seguinte é uma pesquisa sobre a origem da escola e da cidade onde vivem. Depois, eles discutem os dados levantados.

⁴ ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. II. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 3.

⁵ ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. II. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 33.

⁶ Ano XXVII – Nº 255 – Setembro 2012. p. 79.

⁷ Pedagoga da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Ao questionar sobre quais os primeiros habitantes da sua cidade e se havia ou não índios na região, a criança expande o olhar, vendo que o passado influi no futuro que está sendo construído. Isso também faz com que ela se perceba como sujeito que constrói uma história. Ressalta também que conhecer datas não é relevante nesse estudo. Porém vale auxiliar os educandos na tarefa de compreender a localização temporal, relacionando cronologia e espaço, uma tarefa que nem sempre é fácil para os educandos. Construir uma linha do tempo com dados sobre as datas pesquisadas e a História do Brasil ajuda nesse sentido. E lembra que depois da atividade, os educandos vão olhar a formação do país para além das versões oficiais.

A atividade extraclasse precisa estar articulada ao trabalho com todos os componentes curriculares para não se tornar uma apêndice e sim enriquecer o que vem sendo trabalhando. Remeter as descobertas ao contexto maior é uma chave de integração indiscutível, pois os dados obtidos se ligam à História, ao espaço geográfico, ao ambiente que desvendamos e a cultura. Ao mesmo tempo essa contextualização confere sentido ao estudo local contribuindo para a percepção da identidade cultural.

A equipe pedagógica da Revista Nova Escola analisa que por meio da observação da realidade local a turma pode entrar em contato com os fatos históricos e aprendem a construir ligações entre o cotidiano e os aspectos mais amplos da vida social.

Os educandos recebem um grande número de informações sobre as relações sociais. Muitas dessas reflexões são sustentadas por ideias que vêm do senso comum, devemos então destacar a relevância do uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais⁸ para o ensino de História, que diz: "cabe à escola interferir nas concepções de mundo dos educandos, para que desenvolvam uma observação atenta do seu entorno". No decorrer da vida escolar os estudantes

⁸ Os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN — são referências para os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais.

aprofundam o modo como observam e compreendem a localidade em que vivem.

CAPÍTULO 2

2.1 História local e do cotidiano como recurso didático

O estudo da história local e do cotidiano é um ótimo recurso didático para explorar o espaço, entender e discutir a realidade percebendo relações de vida e de trabalho, constituídas ao longo da vida. A partir da coleta de depoimentos da história dos moradores do seu bairro, por exemplo, os educandos começam a estabelecer as primeiras noções de diferenças e semelhanças. É assim que eles passam a compreender as ideias do "eu" e também do "outro".

Para se entender melhor a temática como recurso didático, faz-se necessário falar do ensino. Para tanto, Terezinha Rios⁹ “questiona como se configura o ensino, objeto da Didática? É importante considerar o ensino como uma prática social específica, que se dá no interior de um processo de educação e que ocorre informalmente, de maneira espontânea, ou formalmente, de maneira sistemática, intencional e organizada. É a este último que nos referimos, quando o mencionamos como objeto da Didática. Ela se volta para o ensino que se desenvolve na instituição escolar, realizado a partir da definição de objetos, da organização de conteúdo a serem explorados, da proposição de uma avaliação do processo”.

Terezinha Rios¹⁰, ainda a respeito do ensino destaca que “quem ensina, ensina algo a alguém. O ensino se caracteriza, portanto como uma ação que articula à aprendizagem. Na verdade, é impossível falar de ensino desvinculado de aprendizagem. Muitas vezes ouvimos o educador afirmar que ensinou e que “infelizmente os educandos não aprenderam”.

Antônio Severino¹¹, ao discorrer sobre o ensino como objeto didático, ressalta que “competência didática não significa domínios de técnica objetivas, autônomas na sua eficácia. Significa dominar os sentidos da prática educativa numa sociedade historicamente determinada, significa capacidade de utilização

⁹ RIOS, Terezinha. Compreender e Ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. P. 52.

¹⁰ Idem. P. 53.

¹¹ SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 69.

de recursos aptos a tornarem fecundos os conteúdos formadores, propiciando condições para que os elementos mediadores da aprendizagem convirjam para os objetivos essenciais da educação, aglutinando-se em torno de sua intencionalidade básica.

Ao falar em temas geradores Paulo Freire¹², “ênfatiza que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo”. Os conhecimentos relacionados ao tema gerador (objetos de estudo) estão próximos da realidade dos educandos, sobretudo desde as séries iniciais. Ao estudar a cidade onde vivem, os educandos descobrem seus encantos e problemas e aprendem a propor soluções, defender e pensar com embasamento as questões do lugar onde vivem.

Paulo Freire¹³, “afirma que investigar o tema gerador é investigar, o pensamento dos homens referindo à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis”. A história local e do cotidiano é também enriquecedora para a formação da cidadania: possibilita enxergar os problemas, desenvolver o senso de responsabilidade e participação para pensar os processos de mudança. Tal como outro método de trabalho a leitura da realidade através desta temática, envolve um planejamento bem estruturado com clareza quanto aos objetivos. Para que o seu estudo seja eficiente e propicie aprendizagem realmente significativa é fundamental que esteja contextualizada, fazendo parte do que está sendo estudado em sala de aula, seja ele realizado para conhecer uma indústria, uma escola, um rio, um bairro ou município. Explorar o espaço através do contato direto com a realidade permite a percepção de vários elementos ao mesmo tempo e o desvelamento da relação sociedade-natureza. Neste espaço real não há separação entre o que é da Geografia e o que é da História, percebemos simultaneamente o espaço e o tempo onde o homem edificou e como construiu o conhecimento ao longo do tempo e em que circunstâncias histórico-sociais realizou.

¹² FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. P. 136.

¹³ Idem.

É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas unidades escolares, educadores e educandos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrair a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão, intervenção, processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade e mobiliza competências cognitivas para observar melhor o objeto estudado e poder interagir.

Contextualizar o objeto de estudo que se quer o aprendizado significa em primeiro lugar assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto. O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o educando da condição de espectador passivo. Ela evoca por isto áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e também mobiliza competências cognitivas já adquiridas. As dimensões de vida ou contextos valorizados explicitamente pela LDB¹⁴ são o trabalho e a cidadania, onde as competências estão indicadas quando a lei prevê um ensino que facilite a ponte entre a teoria e a prática.

A Revista Nova Escola¹⁵, apresenta uma proposta como recurso didático que é “as diferentes visões em textos e imagens”, e para trabalhar a temática recomenda ser por meio do registro humano: na forma de um objeto, de uma pintura ou de um texto, que se constrói ou reconstrói a história. Ela é a leitura e a narração que o historiador faz do passado, com a análise de uma série de referências que compõem o todo. Ao ensinar a disciplina, é preciso mostrar aos educandos que os fatos passados não são verdades absolutas, mas verossímeis. Portanto, elas podem mudar caso surjam novas evidências que as contestem.

¹⁴ A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB - é a lei orgânica e geral da educação brasileira.

¹⁵ Ano XXVI – nº 242 – Maio 2011. p. 68.

O que está por trás das imagens, ao analisar o quadro do pintor Pedro Américo¹⁶, os educandos descobrem evidências sobre a Independência do Brasil e a visão do autor sobre o assunto. Por isso, é importante colocar os educandos em contato com narrativas primárias (textos de autores que não são especialistas na área e também que não sejam didáticos) e fontes iconográficas (fotos, mapas e outras representações visuais). Esse material mostra diversos aspectos da história que muitas vezes não são contemplados nos livros escolares. “Ler narrativas e imagens é ler o passado. Precisamos aprender a ler, interpretar e comunicar o que concluímos por conta própria para produzir o conhecimento histórico”, diz Maria Auxiliadora Schmidt¹⁷. Duas atividades permanentes são essenciais para dar aos educandos uma visão crítica da história.

¹⁶ O quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, também conhecido como *Grito do Ipiranga*, é o principal símbolo da proclamação da Independência do Brasil, que é comemorada em 7 de setembro.

¹⁷ Professora de metodologia e Prática do Ensino de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

2.2 Um projeto como exemplo de História local e do cotidiano

Para esclarecer o que se deve ensinar de história local e do cotidiano a Revista Nova Escola traz um trabalho realizado pela professora Niedja Nascimento da Escola EM Dona Brites de Albuquerque, em Olinda, a 6 quilômetros do Recife. Proposta para educando do 2º ano. O que ela fez. Proporcionou à classe encontros com moradores que conhecem as tradições locais, como a pesca e a dança, além de uma entrevista com artesão de bonecos típicos da região. Neste projeto o Eixo temático proposto foi a localidade. Apresenta também uma reportagem, onde o coordenador pedagógico do Centro de Estudos Acaia Sagarana, Daniel Helene relata que quando o educando procura as conexões entre a história e a vida de sua comunidade, o conteúdo sai dos livros e passa a repercutir em sua vida. É por meio da localidade que os assuntos historiográficos ganham sentido no cotidiano. É uma ferramenta potente de ensino", afirma Daniel Helene¹⁸. E ressalta também ser de fundamental relevância a pessoa do educador nesse trabalho. É o educador quem faz o papel de articulador entre a história local e um contexto mais amplo.

Daniel Helene menciona também as Orientações Curriculares da Prefeitura Municipal de São Paulo¹⁹ para refletir sobre a localidade. Que define localidade como uma aprendizagem significativa que vai além dos aspectos cognitivos dos envolvidos no processo, mas "está intimamente ligada a suas referências pessoais, sociais e afetivas". Assegura também que a prática pedagógica de relacionar a história cotidiana a outros períodos é uma ótima opção para trabalhar a temática. E que por meio de mapas antigos ou mesmo de fotografias de diferentes épocas os educandos desde as séries iniciais podem comparar as alterações feitas na cidade ao longo do tempo, o que pode ser feito

¹⁸ Nasceu em São Paulo em 1978 e se graduou em História pela Universidade de São Paulo em 2001. Desde então vem trabalhando como educador e em 2004 recebeu o Prêmio Victor Civita Professor Nota 10. A partir de 2005 passou a integrar a equipe de selecionadores do mesmo prêmio e a desenvolver trabalhos de formação de professores e gestores escolares em diferentes instituições. Foi coordenador pedagógico na Escola da Vila em 2009 e integra a equipe de coordenação do Centro de Estudos Acaia Sagarana, do Instituto Acaia, em São Paulo.

¹⁹As escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo trabalham, desde 2008, com as orientações curriculares, que são as expectativas do que os alunos precisam aprender a cada ano da educação infantil e do ensino fundamental. É a primeira vez que a cidade de São Paulo tem um currículo com conteúdo a serem ensinados em todas as escolas municipais.

por meio de antigos mapas e mesmo fotografias de diferentes períodos históricos do município.

E como expectativas de aprendizagem citam os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia que estabelece como objetivos sobre localidade, ao final do ensino médio, que os estudantes sejam capazes de: comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade; reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade; identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções; reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência; estabelecer relações entre o presente e o passado e atuar como cidadão fazendo uso destes conhecimentos.

A Revista Nova Escola propõem como exemplo de estudo de história local e do cotidiano uma comunidade indígena. E destaca que a compreensão do estudo sobre os povos indígenas é um convite para que os educandos reflitam sobre as mudanças ocorridas no espaço onde vivem. Descrevendo a importância do trabalho acerca dos povos indígenas, e que este leva os educandos a dimensionar as transformações ocorridas tanto no lugar onde vivem, quanto sobre a situação dessas comunidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao introduzir o objeto de estudo comunidade indígena no eixo temático, história local e do cotidiano, trata destas relações sociais que existem, por terem sido os índios os primeiros habitantes das terras brasileiras, que mantêm, mesmo hoje, relações sociais, pessoais e interpessoais diferentes das que são predominantes no país. "A preocupação em identificar os grupos indígenas que habitam ou habitaram a região próxima do convívio dos educandos é a de possibilitar a compreensão da existência de diferenças entre os próprios grupos indígenas, com especificidades de

costumes, línguas diferentes, evitando criar a imagem do índio como povo único e sem história", esclarecem os PCNs²⁰.

Retomando o pensamento de Daniel Helene, no estudo linear da História é comum que o tema seja trabalhado mais intensamente durante as séries iniciais e em datas pontuais como o Dia do Índio. No entanto, isso representa um grande problema. A história indígena desaparece do currículo escolar no decorrer dos anos, o que leva a associação desses povos a um universo infantil e até mitológico. Ao contrário do que se vê nas escolas, a história indígena não pode ser abordada somente como uma curiosidade, em efemérides²¹, ou no modo diferente como os índios vestiam-se ou moravam.

A Revista Nova Escola²² propõe “Crianças indígenas de ontem e de hoje” em história na sala de aula, pois, comparar o modo de viver de diferentes povos em épocas distintas é uma maneira eficiente de discutir a diversidade e uma forma de aproximar as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de um dos conteúdos da disciplina: a história dos índios no Brasil. E ela apresenta essa abordagem como sendo resultado de uma pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos e que foi publicada no livro²³ (Conectando Crianças com Crianças: passado e Presente).

“Com esse recorte, trazemos o modo de vida das crianças indígenas de outras épocas para os dias de hoje”, explica à historiadora Maria Auxiliadora Schmidt²⁴.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, essa proposta de trabalho tem outro benefício: romper com as generalizações que ignoram as características dos 230 diferentes povos que habitam o Brasil. Hoje, há 500 mil índios no país, segundo um levantamento da Fundação Nacional do índio (FUNAI) de 2011. Eles formam um conjunto diverso: há os que vivem isolados ou mantendo pouco contato com

²⁰ Parâmetros Curriculares Nacionais.

²¹ Livro ou notícia que abrange os acontecimentos sucedidos num mesmo dia, em diferentes épocas.

²² Ano XXVII Nº 250 – Março (2012, p. 68).

²³ Connecting Children with Children, past and presente: Motivating students for inquiry and action.

²⁴ Maria Auxiliadora Schmidt, professora de Metodologia e Prática do Ensino de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

outros povos e os que estão integrados ao restante da população brasileira. Nesse segundo grupo, o cotidiano não segue um padrão, pois eles vivem realidades diferentes. Alguns frequentam escolas indígenas e aprendem o português como Língua Estrangeira. Outros fogem da falta de terra da pobreza do campo, migrando para as periferias de grandes cidades. Há ainda etnias que cultivam brincadeiras típicas, embora tenham abandonado os adornos tradicionais. Uma realidade multifacetada que a escola precisa problematizar.

Clarice Cohn²⁵, em um Dossiê sobre a “Nação indígena”, publicado pela Revista de História da Biblioteca Nacional²⁶, intitulado “Tutela nunca mais”, afirma que, “A auto declaração é a maior conquista recente dos indígenas, mas eles são vistos ainda como entraves para o progresso”. E afirma ainda, que “a própria ideia de tutela é uma continuidade histórica, uma resposta à difícil pergunta de qual deve ser o status dos primeiros habitantes das terras brasileiras. Trata-se de cidadão de segunda classe, condição semelhante à do século XIX: ambos necessitam de um responsável perante a lei”.

²⁵ É antropóloga, professora da Universidade Federal de São Carlos e autora da tese “Relações de diferença no Brasil central: os Mebengokré e seus outros” (USP, 2006).

²⁶ Ano - VIII nº 91 - abril de 2013. P. 68.

2.3 Avaliação como prática educativa

Registrar o passo a passo da história local e do cotidiano como prática de avaliação, é deixar marcas, após um dia de trabalho deve-se relatar por escrito o que despertou dúvidas, aborrecimentos, descobertas, criatividade e críticas. O registro é um memorial de fatos, acontecimentos ou reflexões, mas também é uma possibilidade de consulta quando necessário e além de registro histórico é uma fonte documental.

A própria discussão sobre a operacionalização de uma educação através de projetos com eixos temáticos confere igualmente um lugar de destaque à avaliação pedagógica e traz implicações importantes para a ação do educador. Mais do que conhecer as dificuldades dos educandos e os limites de seu desenvolvimento, o processo de avaliação enfatiza suas condições de aprendizagem, suas dificuldades e suas facilidades. E estes redimensionam a prática pedagógica do educador.

O referencial para a avaliação da aprendizagem muda substancialmente e passa a lidar com diferentes indicadores e não apenas com as condições individuais dos educandos, mas também, e essencialmente suas possibilidades de acesso ao currículo e, ainda mais, as adequações realizadas pelos sistemas de ensino, capazes de serem propiciadoras de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento.

Em entrevista à Revista Nova Escola²⁷, sobre avaliação educacional. Celso dos Santos Vasconcelos²⁸ ressalta “que a intencionalidade é a palavra-chave da avaliação”, continua afirmando que de nada adianta mudar ferramentas, se o educador continuar classificando os educandos em bons e maus. Para ele quem quer fazer uma avaliação mais justa para ajudar o educando a superar suas dificuldades pode começar mudando sua intenção no ato de avaliar. Ao ser questionado pela Revista Nova Escola sobre qual seria a definição mais abrangente de avaliação? Ele é contundente em afirmar que

²⁷ Revistaescola.abril.com.br/img/planejamento/celso.doc

²⁸ Doutor em Educação pela USP, Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP, Pedagogo, filósofo, pesquisador, escritor, conferencista, professor convidado de cursos de graduação e pós-graduação, responsável pelo Libertad – Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica.

avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Em qualquer situação de vida, a questão básica da avaliação é: o que eu estou avaliando? No sentido escolar, ela só deve acontecer para haver intervenção no processo de ensino e aprendizagem.

Celso Vasconcelos decompõe a prática de avaliar em quatro categorias. Na primeira ele avalia o conteúdo, na qual se percebe o conteúdo cognitivo do aluno. Na segunda a forma de avaliar: dar notas ou conceitos? Fazer ou não uma semana só de exames? Dar questões longas ou curtas? Outra categoria que ele avalia é formada pelas relações que a avaliação estabelece na prática de ensino: posso mudar a avaliação sem mudar o tipo de aula? Como avaliar uma sala com um grande número de educandos? A última, e a mais importante categoria é a intencionalidade. E ainda afirma que mudanças nos outros aspectos sem mudar a intenção com a qual se avalia não levam a nada.

A Revista Nova Escola então lhe pede para explicar o conceito de intencionalidade, e ele diz que usa intencionalidade porque dá para brincar com as palavras intenção e realidade, ou seja, o desejo traduzido em práticas concretas. Precisa querer. A primeira questão a ser feita é: avaliar para que? Para localizar a necessidade do educando e para atender à superação. Quando então temos um educando, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. É elementar. Quando a dificuldade é localizada, o educador precisa se comprometer com a busca de uma estratégia e com a superação da barreira.

Para refletir a avaliação discorrendo sobre intencionalidade é subsidiar a aprendizagem e assessorar o acompanhamento de escolarização dos educandos na construção de conhecimentos possibilitando recursos necessários para construir e reconstruir os saberes. A avaliação deve também estabelecer seu potencial de aprendizagem e de suas habilidades individuais e coletivas.

Os instrumentos de avaliação devem informar o desenvolvimento do educando e a forma como ele enfrenta determinadas situações de aprendizagem, os recursos e o processo que faz uso em determinada atividade. Conhecer o que o educando é capaz de fazer, mesmo que com a mediação de outros, permite a elaboração de estratégias de ensino próprias e adequadas para cada facilidade

do aprender. Os “ajustes” a serem feitos em termos de materiais, recursos teóricos, conhecimento prévio e pesquisa são ações necessárias para garantir a aprendizagem e o envolvimento de todos no processo educativo.

A Revista Nova Escola²⁹, traz uma proposta pedagógica para avaliação, que no caso dos projetos, são três os eixos de aprendizagem que podem ser considerados: o conteúdo, o aprofundamento no tema e a aproximação com a prática social relacionada ao produto final. As respostas dadas pelos educandos ao longo do processo dão pistas sobre o que já foi compreendido e no que ainda é preciso avançar, assim como os momentos de sistematização dos conteúdos, quando a turma define com suas palavras os conceitos estudados. Outra boa estratégia é no fim de cada atividade, fazer uma análise das produções, que funcionam como um retrato da aprendizagem até aquele ponto. O conjunto delas pode revelar os avanços e os problemas enfrentados por cada um. Da mesma maneira, o produto final, em suas sucessivas versões, também mostra o percurso pelo qual o educando passou.

Os projetos possibilitam ainda uma avaliação do trabalho do educador e indicam em que pontos sua condução precisa ser ajustada. Um meio de fazer isso é pensar nos objetivos de ensino e nas condições didáticas oferecidas. A análise das produções realizadas e das respostas dadas pelos estudantes no desenvolvimento do projeto também pode ser vista sob a ótica do ensino. Algumas questões que norteiam as análises: a forma de conduzir o trabalho foi adequada? Foram feitas intervenções sempre que necessário? As atividades responderam ao objetivo de cada etapa? Os materiais usados foram adequados? O tempo previsto foi suficiente? Esse tipo de reflexão tem uma importância formativa única para o educador e pode impactar positivamente a prática cotidiana. A Revista Nova Escola coloca que a forma de conduzir a aula deve partir do projeto político pedagógico da escola, deve ser flexível onde as intervenções aconteçam de forma contínua e paralela sempre conectadas ao objetivo de cada etapa e que os materiais devem ser pesquisados, construídos.

²⁹ Ano XXVII – nº 241 – Abril 2011. p. 57

CONCLUSÃO

É de suma importância que educador, educando e sociedade coloquem em prática uma nova postura, exigindo novas políticas educacionais contínuas e focadas no cidadão, visando uma reorganização social com compromisso do desenvolvimento de todos e de cada um. Neste sentido as conclusões são sempre provisórias e utiliza os resultados para formular novas verdades. Novas descobertas sobre como o educando aprende podem fornecer material para outras investigações. Um estudo apresentado pela Revista Nova Escola³⁰, “Conhecimento didático: a base da sala de aula”, propõe refletir como as ciências que estudam as relações entre o objeto de estudo, o educando e o educador nos ajudam a ensinar melhor cada um dos conteúdos escolares.

O conhecimento sobre as didáticas específicas, que deveria ser a verdadeira matéria-prima do trabalho do educador (a única forma de garantir o aprendizado), existe e, muito lentamente, começa a ser incorporado às escolas. Hoje, sabe-se que os educandos sempre têm alguma, ou muita, informação sobre o objeto de ensino que será trabalhado em classe. Portanto, é preciso levar isso em conta na hora de planejar e propor atividades em vez de ficar simplesmente reproduzindo um mesmo método como se a turma fosse 100% homogênea, tanto em termos de conhecimentos prévios como na capacidade de assimilação.

Destes pressupostos nasce as convicções da relevância de temas como a história local e do cotidiano, que como prática educativa serve como intermediário entre o educando e seu objeto de estudo, trazendo uma nova possibilidade de ensino/aprendizagem a partir da realidade vivenciada. É por meio da localidade que os aprendizados ganham sentido no dia a dia do educando e ele passa a fazer relações e entender conceitos.

Por fim, é preciso pensar no futuro e no quanto esta pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem de educadores, educandos e de pesquisadores, que tenham como objetivo comungar desta mesma esperança (uma educação eficaz e de qualidade) que

³⁰ Revistaescola.abril.com.br/planejamento.

nos tem sustentado de entusiasmos para continuarmos com o objetivo de aprimorar o processo de ensino/aprendizagem. Entende-se essa proposta como eficaz na construção de uma aprendizagem significativa, aquela que de acordo com as diretrizes vigentes para o ensino de história na atualidade, auxilia o educando na construção de sua própria identidade e prepara o indivíduo para lidar positivamente com a diversidade cultural, historicizando seus próprios comportamentos e adotando uma postura de respeito e tolerância para com o outro.

Bibliografia

ARNONI, M. E. B. FARIA. L. C. M., MONTEIRO, D. S., MORIEL JÚNIOR, J. G. Didática e a conversão do saber científico em saber de ensino: um exercício metodológico com o saber matemático (minicurso). In: II Jornada do Núcleo de Ensino – Vygotsky e a escola atual: implicações no fazer pedagógico, Marília, 2003.

ARNONI, M. E. B. FARIA. L. C. M., MONTEIRO, D. S., MORIEL JÚNIOR, J. G. Site de Didática: o ensino em questão. In: XXX CIP – Colóquio de Incentivo à Pesquisa: Direitos Humanos: em busca da humanidade, São José do Rio Preto, 2003.

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. II. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação como pratica da liberdade: 14. Ed. Ver. Atual. – Rio de Janeiro: paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. Ed. Ver. E atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília: MEC (Ministério da Educação e do Desporto) / SEF (Secretaria da Educação Fundamental), 1998.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V.1, n.2, p.7-16, jul/dez. 2006.

SCHMIDT, M.A. A formação do professor de história. In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

SCHMIDT, M.A.; GARCIA, T.M.F.B. Construindo a sala de aula como espaço de conhecimento compartilhado: cultura e ensino de história. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem - Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003